

Defensoria Pública de Minas promove seminário para traçar estratégias de atuação uniforme como Defensora da Criança

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



O encontro, que também comemorou os 32 anos do ECA, reuniu diversas defensoras e defensores públicos de Minas, em especial aqueles que têm atuação na área, e convidados no auditório da Defensoria Pública, em Belo Horizonte

PÁGINAS 2 e 3

AÇÕES EM DESTAQUE



Vítimas do incêndio da creche Gente Inocente fazem acordo com a Prefeitura de Janaúba para indenização por danos morais e materiais

Defensoria Pública de Minas esteve à frente das tratativas, que contou também com a participação do Ministério Público. As pessoas interessadas em fazer o acordo receberam orientação da DPMG

PÁGINA 4

Defensoria Pública de Minas acompanha denúncia de transfobia praticada contra técnica de enfermagem em Belo Horizonte

PÁGINA 5

DPMG lança *cards* informativos para garantia de voto a eleitoras e eleitores trans que retificaram seus registros civis



PÁGINA 5

NESTA EDIÇÃO

- > Escola Superior _____ PÁG. 2 e 3
- > Ações em destaque _____ PÁG. 4 e 5
- > Na mídia _____ PÁG. 4 e 5
- > Reparação Brumadinho _____ PÁGINA 6
- > Visita técnica • Publicações _____ PÁGINA 6
- > Institucional • Mundo oficial _____ PÁGINA 7 e 8
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁGINA 9

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas promove seminário para traçar estratégias de atuação uniforme como Defensora da Criança

Com o intento de estabelecer objetivos e metas para o atendimento integral na área da Infância e Juventude, e de efetivar na prática a prioridade absoluta à proteção das crianças e dos adolescentes, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu o Seminário “A atuação da Defensoria Pública como Defensora da Criança”. O evento também comemorou os 32 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Realizado por meio da Escola Superior da Instituição (Esdep-MG), o encontro aconteceu nos dias 13 e 14 de julho no auditório da sede I da DPMG e reuniu diversas defensoras e defensores públicos de Minas, em especial aqueles que têm atuação na área, e convidados.

Abertura – Ao abrir o seminário, a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, falou sobre a criação da coordenação estadual da DPMG na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, nas esferas cível e infracional, que tem como objetivo ser uma referência institucional nesta matéria.

A defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, que está à frente da Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDEDICA), lembrou as diretrizes internas estabelecidas pelo Conselho Superior e Corregedoria-Geral da DPMG e enfatizou sua aplicação.



Defensor público do Ceará, Adriano Leitinho



Palestra contou com a participação da coordenadora da CEDEDICA, Daniele Bellettato, como presidente da mesa, e do defensor público Wellerson Corrêa, que atua na DEDICA-Cível

Palestras – Os trabalhos técnicos do seminário foram abertos pelo defensor público Adriano Leitinho, que atua na área da Infância e Juventude no estado do Ceará. Adriano Leitinho falou sobre a nova figura processual do defensor da criança.

Depoimento especial – As palestras do segundo dia do seminário foram focadas no depoimento especial, metodologia de escuta de depoimentos, que evita que as crianças e os adolescentes sejam



Mesa de abertura: palestrante da manhã, defensor público do Ceará, Adriano Leitinho; secretário do Conselho Superior, Felipe Soledade; DPG Raquel da Costa Dias (no detalhe, à esquerda); corregedor-geral Galeno Siqueira; coordenadora da CEDEDICA, Daniele Bellettato (no detalhe, à direita); e o defensor público Wellerson Corrêa, em atuação na DEDICA-Cível



Heitor Baldez, Edén Mattar, Ana Paula Coutinho e Marcos Lourenço Capanema: desafio de tirar da letra fria da lei e colocar na prática a prioridade à criança e adolescente

revitimizados, ou seja, que tenham que recontar e reviver diversas vezes a violência que sofreram. A metodologia recomenda espaço acolhedor e amigável, além de equipe multidisciplinar formada em entrevista forense com crianças.

A coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Cível (DEDICA-Cível), Edén Mattar, e o defensor público Heitor Teixeira Lanzillotta Baldez, que também atua na Especializada, dividiram a primeira mesa. Em um bate-papo com o público presente, eles compartilharam sua experiência na escuta de depoimentos especiais. Os defensores deram exemplos de relatos espontâneos e depoimentos; ressaltaram o direito da criança ou adolescente ao silêncio e a importância de não impor uma visão adultocêntrica.

A mesa foi presidida pela coordenadora da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional, Ana Paula Coutinho Canela e Souza. O defensor público defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, que atua na área da Infância e Juventude de Contagem, participou como debatedor.

ESCOLA SUPERIOR

Seminário para traçar estratégias de atuação uniforme como Defensora da Criança

>> *continuação*

A segunda palestra da manhã ficou a cargo do advogado Itamar Batista Gonçalves, especializado em violência doméstica contra crianças e adolescentes e gerente de *advocacy* da Childhood Brasil, fundação de proteção à infância e adolescência. Ele fez uma análise e um diagnóstico da legislação pertinente, em especial o ECA e a Lei 13.431/2017 que, além de estabelecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, também trouxe artigos que regulamentam a escuta especializada e o depoimento especial como a forma pela qual este público deve ser ouvido.

Itamar Batista: escuta, proteção, não revitimização e não exposição



Na mesa, as defensoras Daniele Bellettato, Marina Buck e Letícia Fonseca Cunha

Workshops e grupos de discussão – Na sequência das palestras, foram realizados *workshops*. No dia 13, com o tema “A instrução Normativa 15/21 e a identificação das principais dificuldades”, que trata da defesa, quando possível, dos direitos e interesses das crianças e dos adolescentes; e no dia 14, sobre “Identificação das principais dificuldades práticas da implantação do defensor da criança no depoimento especial”. Em seguida, foram divididos em grupos de trabalho nos quais para cada problema apresentado foram discutidas possíveis soluções, buscando a uniformidade e padronização de atuação a serem compartilhadas entre aqueles que atuam na ponta.

[Leia a matéria na íntegra](#)

DPMG conclui Módulo IV do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia com foco na migração

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), com apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), concluiu na sexta-feira (15/7) o Módulo IV do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia: Uma Perspectiva Interseccional no Contexto de Migração, da Defensoria Pública.

A apresentação foi feita pela defensora pública auxiliar da Defensoria Pública-Geral e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho Mello Alves. Como mediadora participou a defensora pública Liliana Soares Martins Fonseca, em atuação na comarca de Montes Claros, membra do Conselho Superior da DPMG e integrante da Coletiva Mulheres Defensoras Públicas do Brasil e da Coletiva Mineira Mulheres Defensoras Públicas.

Os facilitadores foram Yolis Lyon, liderança indígena da etnia Warao, licenciada em Comunicação Social, conselheira municipal do COMPRI-BH, conselheira estadual do CONEPIR, representante da Associação MORHAN e RENIU, articuladora social Caritas-MG, palestrante, poeta e artesã; e Sergio dos Santos, defensor público em atuação em Extrema, pós-graduado em Gestão de Projetos



Culturais e membro do Grupo de Trabalho de Raça e Etnia.

A discussão se fez a respeito da subalternização e vulnerabilização sobre a posição das violências sofridas pelas meninas e mulheres negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, em situação de rua, oriundas de povos e comunidades tradicionais, de religiões de matrizes de ancestralidade africana, encarceradas e em cumprimento de medida de segurança. A abordagem tratou da violência institucional de gênero e do direito de existir, discutindo políticas públicas necessárias.

A segunda parte do Módulo IV está disponível no canal da DPMG no YouTube.

[Clique aqui para ver](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Vítimas do incêndio da creche Gente Inocente fazem acordo com a Prefeitura de Janaúba para indenização por danos morais e materiais

Defensoria Pública de Minas esteve à frente das tratativas do acordo, que contou também com a participação do Ministério Público

Trinta e sete famílias atingidas pelo incêndio da creche Gente Inocente, em Janaúba, ocorrido em outubro de 2017, aceitaram o acordo de indenização por danos morais e materiais proposto pela Prefeitura daquele município em audiência de conciliação realizada na segunda-feira (11/7), no fórum local, por meio do Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania).

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), que atua em defesa das vítimas desde o dia da tragédia, cuidou das tratativas do acordo e participou de todos os andamentos, tendo apresentado diversos requerimentos buscando aumentar os valores das indenizações. A Instituição é autora de um processo coletivo por indenizações e de três ações individuais.

A proposta de acordo formulada pela Prefeitura dividiu os atingidos em três grupos: morte, lesão grave e lesões médias e leves. A proposta teve adesão significativa, sendo aceita por todo o terceiro grupo.

Foram feitas 57 ofertas de acordo. Deste total, 37 famílias aceitaram a proposta e 20 não compareceram na audiência, não necessariamente por recusa, alguns não puderam estar

presentes por motivo de trabalho.

Das indenizações acordadas serão abatidos os valores relativos ao pagamento mensal referente à antecipação parcial das verbas indenizatórias, desembolsado pela Prefeitura para as famílias atingidas até janeiro deste ano. Os processos judiciais referentes aos acordos firmados serão extintos.

As famílias que não compareceram na audiência poderão ir ao Cejusc durante a semana.

Para o defensor público Gustavo Dayrell, que acompanha o caso desde o início e está à frente das tratativas com a Prefeitura de Janaúba, “a complexidade da ação e o possível desamparo das famílias nos mostraram que a viabilização do acordo seria um caminho para dar segurança aos familiares e para que eles recebam a indenização mais rapidamente”.

Os acordos feitos foram assinados pelo juiz de Direito coordenador do Cejusc, Ériton José Santana Magalhães; pelo procurador jurídico adjunto da Prefeitura de Janaúba, Carlos Eduardo Serapião; pelo defensor público Gustavo Dayrell, representando a DPMG; e pela promotora de Justiça Vanessa do Carmo Diniz.

[Leia a matéria na íntegra](#)



As pessoas interessadas em fazer o acordo receberam orientação da DPMG



DEU NA MÍDIA

Acordo extrajudicial em Janaúba repercutiu na imprensa do estado

[G1](#)

[TV Globo/Bom Dia Minas](#)

[TV Globo/InterTV](#)

[TV Globo MGTV 1](#)

[TV Globo MGTV 2](#)

[Band Minas](#)

[O Tempo](#)

[R7](#)

[Estado de Minas](#)

[IstoÉ](#)

[Hoje Em Dia](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais abre inscrições para Casamento Comunitário na Penitenciária de Francisco Sá

A iniciativa acontece em parceria com a direção da unidade prisional e com o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do município. A intenção é promover a formalização do vínculo matrimonial no aspecto civil de casais em que um dos nubentes esteja privado de liberdade na penitenciária.

As inscrições podem ser feitas na sede da DPMG na unidade de Francisco Sá.

[Saiba mais](#)

CASAMENTO COMUNITÁRIO
Exclusivamente para pessoas privadas de liberdade da Penitenciária de Francisco Sá
Inscrições
Até 31 de agosto

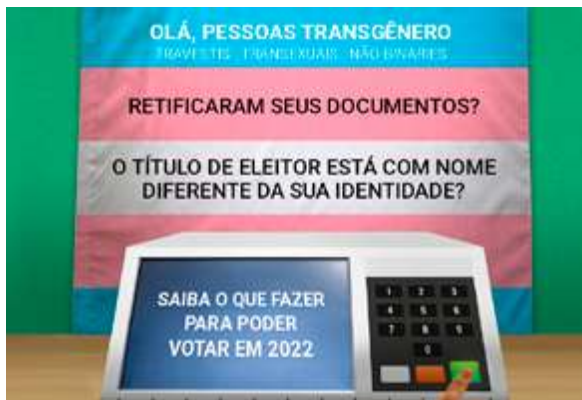
AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG lança *cards* informativos para garantia de voto a eleitoras e eleitores trans que retificaram seus registros civis

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) lançou uma série de *cards* informativos para orientar eleitoras e eleitores transexuais, travestis e não-binários que fizeram a alteração de nome e de gênero no registro civil, mas não retificaram a tempo seus dados no título eleitoral, para que possam ter assegurados os seus direitos de voto no dia da eleição.

Como a lei determina o fechamento do cadastro eleitoral 150 dias antes de cada pleito, eleitoras e eleitores que não fizeram a inclusão de nome e gênero retificados até o dia 4 de maio deste ano só poderão modificar o título de eleitor após o fim das eleições.

Mas isso não pode impedir a participação nas eleições. Mesmo não tendo havido a atualização do nome no título de eleitor, cidadãs e cidadãos transgênero têm direito ao voto e à cidadania, podendo interferir na escolha de seus representantes e na construção de políticas públicas.



A série de *cards* da Defensoria Pública busca oferecer informações claras para garantir às pessoas transexuais, travestis e não-binários o acesso a direitos resguardados pela Constituição, como a igualdade e a cidadania, superando os danos provocados pela exclusão social e política que atinge historicamente esse grupo vulnerabilizado.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria de Minas acompanha denúncia de transfobia praticada contra técnica de enfermagem em Belo Horizonte

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) acompanha de perto a suposta prática de crime de transfobia que teria sido praticada contra uma técnica de enfermagem transexual em Belo Horizonte. O caso chegou à Instituição pela própria vítima, que acusa duas supervisoras do hospital de pronto socorro Odilon Behrens – no bairro da Lagoinha – de cometer todo tipo de abuso e, em seguida, demiti-la do emprego.

Indignada com a forma e de como a situação foi conduzida pelas duas chefes imediatas, a transexual Alessandra decidiu denunciar o caso e procurou a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Dois meses depois da demissão, Alessandra – à época – foi orientada pelo Centro de Referência LGBTQIA+ a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação

Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência, a DECRIN. Oficialmente, o caso chegou à DPMG na semana passada, quando a transexual relatou as perseguições sofridas, agressões e o tratamento diferenciado em razão de sua condição de mulher transexual.

O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues, que atua na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, e que já acompanhava Alessandra desde o período da mudança de prenome e gênero do registro civil dela, produziu dois ofícios. Um deles, encaminhado ao Hospital Odilon Behrens, onde ele relata o ocorrido e pede explicações à unidade hospitalar diante da denúncia seguida de demissão. O outro ofício, com o mesmo teor, foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde.

[Leia a matéria na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

TRANSFOBIA EM HOSPITAL DE BH

Técnica de enfermagem denuncia transfobia em hospital municipal de BH

[Hoje Em Dia](#)

Técnica de enfermagem de hospital de BH acusa colegas de trabalho de transfobia

[O Tempo](#)

INTERDIÇÃO EM PENITENCIÁRIA

Defensor público fala sobre a decisão da Justiça de interditar ala LGBTQIA+ em presídio de Bicas

[Estado de Minas](#)

VIOLÊNCIA SEXUAL NOS HOSPITAIS

Defensora pública fala sobre casos de violência sexual em hospitais e dá orientações às mulheres

[O Tempo](#)

[Veja outros destaques no site da DPMG](#)

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Pessoas atingidas por desastre da Vale são chamadas para participar do processo de escolha da entidade que irá gerenciar projetos das comunidades

As instituições de Justiça do estado – Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público Federal (MPF) – que celebraram o acordo judicial de reparação da tragédia causada pelo rompimento de barragens da Vale, ocorrido em janeiro de 2019 em Brumadinho, publicaram na quinta-feira (14/7) comunicado convidando as pessoas atingidas a participarem do processo de construção do Termo de Referência que será empregado na seleção e contratação de uma entidade para gerenciar a aplicação dos recursos destinados aos projetos das comunidades atingidas.

Para esses projetos serão destinados R\$ 3 bilhões, sendo um bilhão reservado a projetos de crédito e microcrédito para as pessoas atingidas.

Chamamento público – O processo de escolha dessa entidade terá início com um chamamento

público para o credenciamento de eventuais interessadas e interessados. Inicialmente, porém, é preciso elaborar um termo de referência, que é o documento por meio do qual se estabelece as condições e critérios exigidos dos participantes.

As sugestões devem referir-se a requisitos ou características da entidade gestora dos recursos que as pessoas atingidas gostariam que fossem avaliadas no momento da seleção. Poderão apresentar sugestões quaisquer pessoas atingidas, associações de moradores e organizações governamentais e não governamentais com atuação nos municípios atingidos.

O prazo para apresentação de sugestões, que deverão ser identificadas, com nome e dados pessoais e institucionais do seu autor ou autora, finaliza-se às 23 horas e 59 minutos do dia 3 de agosto de 2022.

[Leia a matéria na íntegra](#)

VISITA TÉCNICA

Defensoria Pública em Ituiutaba recebe estudantes de Direito

A unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Ituiutaba recebeu, nos dias 10 de junho e 1º de julho, a visita de estudantes de cursos de Direito da Faculdade Mais (FacMais), de Ituiutaba, e da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). As visitas tiveram como objetivo apresentar aos futuros profissionais da área a missão constitucional da Defensoria, o trabalho realizado, bem como o público alvo e as áreas de atuação da Instituição.

A recepção dos estudantes ficou por conta da defensora pública Mônica Alves da Costa, que durante o bate-papo com os docentes esclareceu as diferenças existentes entre a atuação de uma defensora e defensor público e de uma advogada e advogado. Também foram apresentados os vários projetos desenvolvidos pela Instituição em Ituiutaba, entre eles, os mutirões de 'Alteração de Prenome e de Gênero da Pessoa Transgênero' e do 'Direito a Ter Pai'. Alunas e alunos também conheceram os trabalhos desenvolvidos no Centro de Mediação e Concilia-



Estudantes de Direito e defensoras públicas juntos: visita técnica como oportunidade de trocar experiências e da divulgação do trabalho e atuação da Defensoria na comarca

ção de conflitos familiares e da oferta gratuita à população de exames de DNA, para reconhecimento de paternidade, realizada ao longo do ano.

A defensora pública Mirian Luce Araújo e o defensor público Francis Júnio de Oliveira falaram ainda sobre a atuação da Instituição na área criminal.

PUBLICAÇÕES

8ª edição da Revista da Defensoria de Minas receberá artigos até 15/8

O prazo para envio de artigos para a edição nº 8 da *Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais* foi prorrogado para o dia 15 de agosto. "Direitos Humanos: extensão, desafios e perspectivas" é o eixo temático desta edição.

[Saiba mais](#)



INSTITUCIONAL

Defensora-geral recebe visita institucional do presidente da ADEP-MG

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, recebeu na segunda-feira (11/7), em seu gabinete, a visita do presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Campelo Martelleto, e de membros da diretoria.

No encontro foram tratados assuntos de interesse institucional. Também estiveram presentes o subdefensor-geral Nikolas Macedo Katopodis; a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Caroline Loureiro Teixeira; a defensora pública auxiliar da Defensoria-Geral e assessora Institucional, Diana Camargos; o coordenador da área da Saúde da DPMG na Capital e diretor Sociocultural e de



Esportes da ADEP-MG, defensor público Bruno Barcala; e o diretor de Inativos e Pensionistas da ADEP-MG, defensor público Varlen Vidal.

Chefe de Gabinete e defensores públicos participam de reunião no TJMG

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Caroline Loureiro Teixeira, e os defensores públicos Alfredo



Emanuel Farias de Oliveira e Bruno Barcala Reis participaram de reunião, na quarta-feira (13/7), no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Durante o encontro foram tratados assuntos institucionais.

Estiveram presentes a juíza auxiliar da Primeira Vice-Presidência, Mônica Silveira Vieira; o coordenador do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG), Ronaldo Souza Borges; a advogada-geral adjunta do Estado, Margarida Pedersoli; e a advogada da AGE, Cristiane de Oliveira Elian, além de servidores e terceirizados.

Visita de cortesia

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, fez na sexta-feira (15/7) uma visita de cortesia à 3ª vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta. Também participou do encontro a chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Caroline Loureiro Teixeira. Na ocasião foram tratados assuntos institucionais.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



MUNDO OFICIAL

Defensoria de Minas participa da solenidade de aniversário do BOPE-PMMG



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pela defensora pública Silvana Lobo e pelo defensor público Wilson Hallak (foto ao lado) na solenidade de aniversário do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O evento aconteceu na sexta-feira (15/7), na sede do batalhão, localizada no bairro Gameleira, em Belo Horizonte. O BOPE foi fundado em 1987 e comemora 35 anos de existência e serviços prestados em Minas Gerais.

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa de solenidade do TJMG que marcou a última sessão do desembargador Washington Ferreira

O defensor público Marcelo Paes Ferreira da Silva, em atuação na área Cível da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), representou a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, na última sessão de julgamento do

desembargador José Washington Ferreira da Silva, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Na última terça-feira (12/7), o desembargador, que é pai do defensor público, fez sua última sessão antes da aposentadoria, após 32 anos de atuação no Judiciário. Estiveram presentes magistrados, assessores, servidores, parentes e amigos, advogados e profissionais do Direito.

O presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, destacou que o desembargador Washington Ferreira abraçou o ofício de distribuir Justiça, contribuindo, dia após dia, para pacificar conflitos e levar paz às comunidades que tiveram o privilégio de tê-lo como juiz

O desembargador Washington Ferreira agradeceu a todos, referindo-se ao TJMG como um segundo lar.

[Leia na íntegra](#)



Defensor público Marcelo Paes e outros familiares compareceram à solenidade em homenagem ao desembargador José Washington Ferreira da Silva

FOTO: MIRNA DE MOURA/TJMG

AGENDA

Defensores e defensora pública de Minas serão palestrantes em 1º Congresso Intergeracional da Cultura do Cuidado

Os defensores públicos Estêvão Machado de Assis Carvalho e Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, e a defensora pública Fernanda Cristiane Fagundes Milagres, de Minas Gerais, serão palestrantes no 1º Congresso Intergeracional da Cultura do Cuidado, a ser realizado no dia 30 de julho, de 8h30 às 17h, de forma online, pelo YouTube.

Estêvão Carvalho é coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, onde também atua Fernanda Milagres. Luis Renato Pinheiro é gestor do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”, da DPMG, e membro da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

Realizado pelo Centro de Apoio e Convivência (CAC) e certificado pela Escola Superior Dom Helder Câmara, o Congresso irá abordar o tema “O Indivíduo, a Família, a Sociedade e o Estado”.



As inscrições podem ser realizadas até o dia 29 de julho pelo Symppla.

[Mais informações, acesse aqui o site do evento.](#)

